



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 14 DE
DEZEMBRO DE 2017**

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, Susana Maria da Silva Martins e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, informou os presentes que a Vereadora Susana Martins lhe tinha comunicado por escrito que passaria a ser Vereadora Independente e que já tinha informado o PPD/PSD de tal facto. Solicitou, ainda, que na condição de independente, passasse a ocupar outro lugar na Mesa da Reunião, tendo essa mesma vontade sido acolhida como verificado.

O **Vereador Fernando Silva**, reportando-se à passagem a independente por parte da Vereadora Susana Martins, referiu que a mesma, passado um mês de ter tomado posse, violou o compromisso de honra feito como vereadora da oposição, gorando deste modo as expectativas do eleitorado que a elegeu.

Disse não acreditar que tal facto garanta a necessária estabilidade nas diferentes votações, tanto mais que a estabilidade invocada por aquela Vereadora é sinónimo de dependência e obediência absoluta, características do autoritarismo das ditaduras.

Acrescentou que a Vereadora Susana Martins irá contribuir decisivamente para a melhoria das



Oliveira do Bairro câmara municipal

condições de vida dos oliveirenses que constituem o seu agregado familiar, questionando se a mesma estará ciente de que o Presidente da Câmara, tal como agora a convidou a assumir pelouros, poderá a qualquer momento lhe retirar os mesmos.....

Mencionou ainda, ser patente a falta de vontade do Executivo em construir consensos, ouvir e aceitar a participação de todos os elementos do Executivo Municipal.....

Seguidamente apresentou duas Propostas, a primeira destinada à promoção do desenvolvimento económico do Concelho e a segunda relativa à área da Educação no Concelho de Oliveira do Bairro, a fim de as mesmas serem agendadas, discutidas e votadas na próxima Reunião de Câmara.

Posteriormente apresentou um Protesto, pelo facto de o assunto relativo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018, não ter sido agendado para análise e votação em Reunião Pública, mas sim em Reunião Privada da Câmara Municipal, o que demonstra, do seu ponto de vista, falta de planeamento adequado ou medo de apresentação do documento numa Reunião Pública, o que viola os princípios de mais proximidade aos eleitores e de gestão mais transparente, apregoados pelo CDS-PP durante a Campanha Eleitoral.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse condenar a posição pessoal e unilateral da Vereadora Susana Martins, uma vez que a mesma foi tida sem qualquer tipo de consulta formal ao partido PPD/PSD, lamentando igualmente a “novela” conducente à constituição de uma maioria estável por parte do Executivo, ao qual desejou os votos de um bom Mandato, esperando que a Vereadora Susana Martins ajude a fazer o que disse no “Jornal da Bairrada” com vista à melhoria do Concelho de Oliveira do Bairro, estando certo contudo que os Municípes do Concelho não esquecerão esta tomada de posição.

De forma a valorizar o território do Concelho sugeriu que junto à antiga Casa da Câmara e Cadeia de Oliveira do Bairro, onde agora se encontram os muros e holofotes que iluminam as paredes, fosse colocada uma placa identificativa relativa aquele espaço, de forma a que as pessoas percebam o que ali se encontra.

O **Vereador António Mota**, questionou se nas Reuniões de Câmara Privadas é igualmente pertinente a presença de todo o staff político e técnico da Câmara Municipal.....

No que respeita às Execuções Orçamentais, solicitou ao Presidente da Câmara que, na próxima Reunião de Câmara, apresentasse uma Execução Orçamental à data do término do anterior Executivo, uma vez que começa a haver muito ruído em relação à questão da Tesouraria. Disse que ao nível da disponibilidade financeira da Autarquia se estava a passar uma mensagem errada às Associações e são elas que fazem esses comentários, pelo que gostava de analisar os valores e retirar as suas próprias conclusões, sendo que, inclusivamente, o anterior Presidente da Câmara não ficará certamente muito satisfeito ao ter conhecimento dos comentários que estão a ser feitos.

Em relação ao investimento e desenvolvimento económico do Concelho, disse que não bastava haver



Oliveira do Bairro câmara municipal

Zonas Industriais, deveria igualmente estar-se muito atento aos incentivos, sendo da opinião que o atual Executivo Municipal não esteve atento aos incentivos destinados a pequenas e médias empresas localizadas em áreas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro. Verificou que na Região de Aveiro somente Vagos foi contemplado, tendo questionado porque razão assim foi. Tanto mais que, na última Reunião de Câmara se tinha referido ao facto de o Presidente da República não se ter deslocado a Oliveira do Bairro, ficando com a impressão de que ambas as situações se encontram relacionadas. Questionou se houve alguma interferência direta por parte da Câmara Municipal, para efeitos de atribuição daquele tipo de incentivos.

Relativamente à questão da Vereação, referiu que os expedientes utilizados com os Vereadores do PPD/PSD não foram os mais corretos. Muito embora reconheça que tem de haver uma solução para os problemas, não quer acreditar que a Vereadora Susana Martins tenha dito de ânimo leve aquilo que disse ao “Jornal da Bairrada”, uma vez que um Vereador não se pode expressar daquela forma, pelo que, não augura um bom desempenho de funções, dado não possuir o mínimo de ética e de moral para exercer o cargo com isenção.

Acrescentou não se ter tratado de uma guerra de Partidos, tanto mais que a Vereadora Susana Martins não foi comunicar ao Partido, telefonou ao Presidente do Partido e mandou mensagens aos elementos da Comissão Política.

Disse ser uma situação única no País, considerando que efetivamente o poder deslumbra, a questão financeira deslumbra e obriga a mudar, muitas das vezes, as personalidades das pessoas.

Desejou que o Executivo Municipal execute as suas funções da melhor forma possível, desejando que não seja a qualidade de vida dos seus elementos que melhore, mas que melhore sim a qualidade de vida dos Munícipes do Concelho.

O **Vice-Presidente da Câmara**, pronunciando-se em relação à integração da Vereadora Susana Martins no Executivo Municipal, lembrou aos Vereadores António Mota e Fernando Silva, os quais já fizeram parte de Executivos majoritários, nunca ninguém ter associado essa mesma maioria a procedimentos ditatoriais, falta de diálogo ou outras adjetivações semelhantes.

Mais disse que este processo veio dar a necessária garantia de estabilidade para se conseguir levar o atual Mandato Autárquico até ao fim, tanto mais que a Vereadora Susana Martins possui qualidades de idoneidade e de moral acima da média e certamente que terá capacidade e condições para fazer um excelente trabalho e servir a população.

Tendo sido mencionado que o caso de Oliveira do Bairro era único no país, deu a conhecer Concelhos em que Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, mas que fizeram parte de Executivos minoritários de outros Partidos, como foi o caso de Almada, Porto, Portimão, Loures, Santarém, Matosinhos, entre outros. Realçou ainda que em 2001 o Dr. Rui Rio e o Dr. Santana Lopes ganharam Eleições Autárquicas sem maioria absoluta. O Dr. Santana Lopes socorreu-se de dois Vereadores do CDS-PP



Oliveira do Bairro câmara municipal

para garantir estabilidade política. O Dr. Rui Rio socorreu-se de um Vereador do PCP para garantir estabilidade no seu Mandato. Por conseguinte, tudo o que foi dito sobre o comportamento deste Executivo, pode ser aplicado a qualquer um dos dois candidatos a líderes do PPD/PSD, que tiveram comportamentos similares ao do Executivo Municipal de Oliveira do Bairro, ou seja, procuraram garantir estabilidade para se fazer um Mandato tranquilo em prol da população do Concelho.....

O **Vereador António Mota**, ainda a respeito da Vereadora Susana Martins, referiu ser usual os partidos conversarem e entenderem-se, o que não sucedeu neste caso em concreto, não tendo sido a forma como este assunto foi tratado.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que quando fez parte dos diferentes Executivos, o eleitorado concedeu a possibilidade de exercer as funções com quatro vereadores. Se atualmente o CDS-PP não está satisfeito pelo facto de ter somente três vereadores, para serem coerentes, pediam a demissão, propunham novas eleições e venceriam com maioria absoluta.

Tendo em atenção as palavras do Vice-Presidente da Câmara, de que a Vereadora Susana Martins possuía qualidades de idoneidade e de moral acima da média, propôs que a mesma fizesse testes psicotécnicos.

O **Presidente da Câmara**, em relação às propostas e requerimentos apresentados, informou que a seu tempo abordará aquelas mesmas questões, nomeadamente aquando da discussão do Orçamento.

Informou não ter aguardado pela apresentação, discussão e votação do Orçamento em reunião pública, dado ter assumido que o mesmo deveria ser submetido à Assembleia Municipal até ao final do ano, de forma a que no início de 2018 se possa ter o novo Orçamento, tanto mais que a Câmara Municipal enfrenta uma alteração do normativo contabilístico, considerando má a possibilidade de não se preparar e iniciar o ano com este novo sistema de contabilidade.

Em relação à presença dos Técnicos Municipais, informou que se prende com o facto de prestarem esclarecimentos em áreas específicas, caso necessário.

No que se refere à informação financeira, lembrou que em todas as reuniões do Executivo Municipal é transmitida a informação relativamente às disponibilidades financeiras da Autarquia, sendo certo que o grosso do valor respeita a garantias bancárias que se encontram depositadas e que vão sendo gradualmente devolvidas.

Relembrou que as contas da Câmara Municipal são acompanhadas por um Revisor Oficial de Contas, sendo que todos irão ficar devidamente esclarecidos quando o mesmo apresentar o respetivo Relatório.

Referiu que a decisão do Presidente da República de visitar alguns Concelhos afetados pelos incêndios partiu do próprio. Quanto à decisão estratégica e avaliação de como ficaram os Concelhos é da competência da Comissão de Coordenação Regional do Centro, nomeadamente no que respeita



Oliveira do Bairro câmara municipal

aos apoios a empresas e habitações danificadas nos Concelhos de Mira e de Vagos. No caso em concreto de Oliveira do Bairro, o imóvel destruído é pertença de um banco. Tirando situações particulares, como o caso do Campo de Escuteiros, em relação à mata que ardeu, tem apoios e a Câmara Municipal disponibilizou meios para que os proprietários, se assim entendessem, pudessem candidatar-se aos respetivos apoios, foi para todos inequivocamente.

Relativamente às questões de governação da Câmara Municipal, recordou que a Vereadora Susana Martins foi convidada para representar os oliveirenses tal como todos os demais Vereadores presentes e foi nessa qualidade que foi convidada e certamente que fará um bom trabalho.

PONTO 2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018 E MAPA DE PESSOAL

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, informou que da existência de uma estrutura na Câmara Municipal que tem de ser mantida, uma vez que demorará a ser remodelada. Ao mesmo tempo existem compromissos assumidos pelo anterior Executivo, nomeadamente Candidaturas e Projetos. Para além de tudo isto, referiu existirem ainda constrangimentos orçamentais e que têm de constar no Orçamento.

Acrescentou que o documento contempla os Projetos relacionados com as PARU's, o desenvolvimento de Projetos das ARU's, uma grande abertura ao incremento das Zonas Industriais. Aquando da discussão do presente documento com a Oposição, nomeadamente com a UPOB, foram explicadas as razões que levaram, entre o mais, à inscrição dos valores respeitantes ao sector da Educação na zona poente do Concelho e ao desenvolvimento das Zonas Industriais, tendo os mesmos aceite que se estaria no caminho correto. Considerou curioso que, hoje, o Vereador Fernando Silva sugira a aquisição de 20 ha logo no primeiro ano.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, em relação à organização dos eventos promovidos pelo Município, questionou se já existe um modelo do que se pretende vir a realizar, nomeadamente no que respeita à "Expobairrada", "Viva as Associações", "Feira da Ciência" ou "Festa da Juventude".

Salientou a criação de uma rubrica destinada ao "Orçamento Participativo" no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros) tendo questionado qual o modelo de implementação que se pretende seguir.

Realçou o aumento dos valores destinados à atribuição de Bolsas de Estudo, sugerindo que o Município após a realização do Estágio ou elaboração da respetiva Tese, fosse dada a abertura para a publicação ou pelo menos para exporem os seus trabalhos num espaço municipal e convidar empresários ou outro tipo de agentes relacionados com as áreas de estudo desses estudantes.

No que respeita à reabilitação do Centro Urbano da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa procurou saber o enquadramento, o que se pensa levar a efeito.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Fernando Silva**, informou ter estado reunido no dia de ontem com o Eng.º Rui Santos e com o Eng.º José Carvalheira e desconhece se os mesmos aquando da reunião com o Presidente da Câmara para discutir o Orçamento, concordaram ou discordaram.

Acrescentou que o que lhe foi transmitido prendeu-se com o facto de o Presidente da Câmara ter solicitado à UPOB que ajudasse no agendamento de uma reunião com a Secretária de Estado. Quanto ao que foi referido pelo Presidente da Câmara referiu que os irá confrontar com a situação... Na sua opinião, considera que 48 horas é pouco tempo para analisar convenientemente o documento, não pretendendo, contudo, levantar quaisquer obstáculos, mas antes trabalhar no sentido de solucionar os problemas existentes.

Informou que no dia de ontem se dirigiu aos serviços municipais a fim de obter alguns esclarecimentos sobre o conteúdo do documento, tendo estado reunido com o Chefe de Gabinete da Presidência, tendo deixado por escrito o que necessitava, nomeadamente listagens detalhadas de algumas rubricas que lhe permitissem tomar uma posição acerca do assunto.

Relativamente a esta pretensão, referiu ter somente recebido um e-mail perto das 23 horas de ontem com muito poucas respostas relativamente ao que solicitou. Esta é uma situação que não pode acontecer, uma vez que os Vereadores têm o direito de receber a informação que solicitam e de serem esclarecidos.

Em relação ao documento, é sua opinião que os quatro pilares que orientam o mesmo poderiam ter sido copiados de qualquer programa eleitoral de qualquer Câmara Municipal do país, como sucede com cerca de 90% do documento apresentado. Realçou que a diferença entre este mesmo documento e aquele que foi apresentado no ano transato, é que este foi assinado pelo atual Presidente da Câmara.

No que respeita ao pilar de desenvolvimento económico e emprego, mencionou que a receita de capital resultante da venda de terrenos para o ano de 2018 é um milhão de euros inferior à do corrente ano, o mesmo sucedendo para os anos de 2019 e 2020, o que significa que o Executivo Municipal desconhece quantos metros quadrados de área infraestruturada consegue criar. Acrescentou não se encontrarem mencionadas as ações que se planeiam implementar para inverter a falta de investimento no Concelho.

Em relação ao pilar da Educação, mencionou não se vislumbrar qualquer estratégia que conduza à reabertura de uma Escola do 2.º, 3.º Ciclo e Secundária na zona poente do Concelho, para assim solucionar a assimetria existente nesta área.

Quanto ao pilar de melhor gestão autárquica, mais transparente e mais rigorosa, constatou que o Executivo Municipal prevê despende em despesas correntes 62,6% em 2018, contra os 55% de 2017, o que significa não só uma redução de 16% da capacidade de investimento, mas que 2/3 do Orçamento global será gasto em despesa corrente. No que respeita à receita, verifica-se um aumento



Oliveira do Bairro câmara municipal

a rondar os 112.000,00 € (cento e doze mil euros) relativamente a 2017, sendo que a receita proveniente do IRS aumenta 3,57%.

Acrescentou ainda que cerca de 85% das receitas correntes serão gastas em despesas correntes, o que significa que nunca aquela percentagem foi tão alta em Oliveira do Bairro, pelo que, sem atração de investimento para o Concelho, os impostos irão aumentar em breve.

Relativamente ao pilar da qualidade de vida, referiu que a melhoria da qualidade de vida cai por terra tendo em atenção que as despesas de capital caem cerca de 23% quando comparado com 2017, o que é incompreensível tendo em atenção que sem investimento não há um futuro melhor.

Realçou o facto de se prever gastar mais 9% em 2018 com pessoal, que não é destinado ao aumento dos vencimentos dos funcionários, mas sim relacionado com o aumento na ordem dos 80% das remunerações de titulares e membros dos órgãos autárquicos, ou seja vencimentos de políticos do CDS-PP e de gente da sua confiança ao qual acresce um aumento de 115% em gastos com pessoal dos quadros em regime de contrato individual de trabalho. Estas foram situações em que solicitou uma listagem detalhada, mas que não foi disponibilizada.

Alertou ainda para o risco decorrente das responsabilidades contingentes associados à ação do Kartódromo, no valor de cerca de 800.000,00 € (oitocentos mil euros).

De igual forma mencionou o facto de ter solicitado uma listagem detalhada referente à diminuição de 837.000,00 € (oitocentos e trinta e sete mil euros) de verba destinada às Instituições sem fins Lucrativos e que não foi disponibilizada.

Acrescentou que ao nível da transparência municipal, não foi disponibilizada a informação detalhada solicitada pelo UPOB, nomeadamente aquela respeitante a trabalhos especializados, remunerações dos políticos, dos assessores, dos secretários e de outras nomeações políticas, concluindo que se está a esconder informação aos Vereadores da Oposição, os quais têm o direito de a solicitar e obter, sob pena de, não a obtendo, ter de ser apresentada queixa ao Ministério Público ou às Inspeções Gerais.

Reiterou que o facto de o Orçamento estar a ser discutido numa Reunião Privada, diz tudo sobre as reais intenções trazidas pelas pessoas do CDS-PP para este novo Executivo Municipal no que respeita à transparência da gestão municipal, principalmente quando foi solicitada diversa informação ao Presidente da Câmara que até ao momento não foi disponibilizada, não havendo por isso mesmo, condições que permitam ao movimento UPOB analisar convenientemente o documento.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente às contas do Município, desafiou os presentes, independentemente dos conhecimentos técnicos, a verificarem as atas da Câmara Municipal e a analisarem a disponibilidade de Tesouraria nos últimos anos para terem noção daquilo que foi o passado e aquilo que é hoje a capacidade de investimento da Câmara Municipal.

Tendo o Executivo sido acusado de fazer uma cópia quase integral do Orçamento do ano transato,



Oliveira do Bairro câmara municipal

afirmou que nem de perto nem de longe tal corresponde à verdade, questionando com que legitimidade o Vereador Fernando Silva produz tal afirmação, quando há uns meses atrás publicou no “Jornal da Bairrada” um artigo que foi cópia “ipsis verbis”, palavra por palavra, de um trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal do Sabugal. Lamentou que os demais não entendam que o atual Executivo Municipal iniciou funções há pouco tempo e tem estado a inteirar-se de todos os assuntos da Câmara Municipal.

O **Vereador António Mota**, reportando-se ao rigor da Receita questionou se o presente Orçamento não poderá ser a qualquer momento impugnado por considerar que não cumpre a Lei do Orçamento de Estado, nomeadamente em relação ao n.º 1 do artigo 83.º, referente à Receita proveniente dos terrenos. Aquele artigo refere que não se pode ultrapassar a média dos últimos trinta e seis meses em matéria de venda de terrenos como Receita de Capital.

Referiu que o Orçamento para o ano de 2018 é uma cópia do relativo ao ano anterior, contendo apenas alteração de verbas, a inclusão para o ano de 2019 de infraestruturas para a Feira de Bustos e uma verba destinada ao Orçamento Participativo no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros). Acrescentou ainda, não ter sido alterado um Projeto, foram alterados sim montantes e reduziram o investimento em cerca de 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros). Em face desta situação que considerou ilegal, questionou se deveria continuar a sua intervenção.

O **Presidente da Câmara**, respondeu que o Vereador deveria continuar a sua intervenção, fazer as respetivas apreciações ao Orçamento, que posteriormente responderia.

O **Vereador António Mota**, continuou a sua intervenção reiterando não haver qualquer projeto novo no Orçamento, não sendo motivo justificativo o facto de haverem condicionalismos em termos de projetos apresentados, uma vez que todos pretendem levar por diante as PARU's que são comparticipados em 85%.

Mais disse que se tem de pensar grande, o que não sucede com o presente documento, em que não foi apresentado qualquer projeto novo, apenas se limitou a pegar no Plano de Atividades e Orçamento de 2017, transferir para 2018 o que não foi executado, não tendo certamente perdido muito tempo na elaboração do documento.

Confessou esperar que iriam ser apresentadas algumas obras novas, nem que fossem inscritas apenas com 1,00 € (um euro) para o ano de 2018, de modo a dar um sinal que o Presidente da Câmara pretendia cumprir as promessas eleitorais, mas tal não se verificou.

Constatou ter havido uma redução em termos orçamentais, à qual acresce a redução ao nível da venda de terrenos, o que representa uma verba próxima dos 3.000.000,00 € (três milhões de euros) relativamente ao Orçamento anterior, nada mais apresenta de diferente. Considerou ter sido um “copy/paste” do orçamento anterior, alterando apenas datas e montantes.

Acrescentou que o Presidente da Câmara e todo o seu staff político, poderia ter apresentado novas



Oliveira do Bairro câmara municipal

ideias, se bem que as tem no âmbito do Plano de Atividades Municipal, onde consta que se irão estudar e analisar as situações, dizendo que gosta desse tipo de postura, mas tal não sucede com o Orçamento, uma vez que a única novidade se prende com a questão do Orçamento Participativo. No que respeita às infraestruturas da Feira de Bustos, questionou se o Presidente da Câmara irá continuar a insistir na construção da Feira junto ao IPSB, ou irá tomar outra decisão, relembrando que sempre discordou daquela opção.

O **Presidente da Câmara**, respondendo ao Vereador António Mota, referiu que o mesmo se esqueceu de como eram elaborados os Orçamentos dos anos anteriores, quando o mesmo fazia parte do Executivo Municipal, uma vez que a legislação já se encontra em vigor há alguns anos, contudo, e muito provavelmente aprovava-os sem nada dizer, nunca colocava em causa a situação e o Orçamento era aprovado contemplando vendas de terrenos no montante de 3.000.000,00 € (três milhões de euros) ou 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros), em zonas industriais que não tinha. Acrescentou que relativamente a essa situação teve toda a cautela, prevendo não só a legislação em vigor, mas igualmente outros dados que tem em seu poder, têm de haver garantias e todos têm conhecimento disso, é uma das regras.

Informou que os eventos municipais se encontram a ser planeados e brevemente serão divulgados. No que respeita ao Orçamento Participativo, pretende-se dar início do procedimento, ou seja, principiar a elaboração dos princípios para se avançar com o mesmo.

Em relação às Bolsas de Estudo, concorda com a respetiva divulgação.

Já no que se refere à reabilitação urbana na União de Freguesias, lembrou que alguns dos projetos passam pela reabilitação do centro de Bustos, do Troviscal e da Mamarrosa, nomeadamente no que respeita à reabilitação do Palacete, assim como junto do Conservatório de Artes da Bairrada e no centro nevrálgico da Mamarrosa.

Informou que todas as questões levantadas pelo Vereador Fernando Silva foram explicadas aos seus colegas que estiveram presentes na reunião havida, tendo alguns dos assuntos sido discutidos ao detalhe, pelo que não entende como é que aquele Vereador interveio da forma como interveio. Em relação às Zonas Industriais, desejava muito ter 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros) em terrenos para vender e ter alguém que os comprasse, o que não sucede, mas tão somente para o valor que foi inscrito. Reiterou que as informações foram prestadas aos elementos da UPOB que estiveram presentes na reunião, pelo que apesar de todas as questões colocadas serem pertinentes, considerou extemporânea a intervenção daquele Vereador.

Em relação à escola a poente do Concelho, referiu que nessa mesma reunião, quando foi esclarecida a situação, de que se existisse abertura por parte do Ministério da Educação para abertura de uma escola naquele local, o Executivo Municipal se encontrava disponível para levar a efeito uma Revisão Orçamental no caso de se avançar com a aquisição do espaço, tendo os representantes da UPOB



Oliveira do Bairro câmara municipal

aceite essa solução. Referiu ter já remetido ofício a solicitar uma reunião à Secretária de Estado, tendo já insistido telefonicamente para o seu agendamento, não tendo, até ao momento, obtido uma resposta positiva e dado que os elementos da UPOB informaram que a Secretária de Estado estaria disponível para receber o Município e tratar de imediato o assunto, tendo em atenção que este é um assunto premente para o Concelho, solicitou aos mesmos que conseguissem o agendamento da referida reunião tão breve quanto possível para discutir uma eventual abertura de uma Escola a poente do Concelho. Considerou que se existe efetivamente um relacionamento privilegiado de elementos da UPOB com a Secretária de Estado, com certeza que ainda no corrente ano a reunião seja agendada, sendo com expectativa que aguarda esse contacto.

No que respeita às Despesas Correntes, lembrou que o Município assumiu as despesas inerentes à grande maioria dos alunos que vieram do IPSB para as instalações educativa envolvidas no Contrato de Municipalização do Ensino e vai manter isso mesmo. Questionou os presentes, se vier a existir uma Escola a poente quem é que iria assumir essas despesas. Terá de ser o próprio Município, pelo que o acréscimo de custos com Pessoal se encontra relacionado, em grande medida, com o ensino no Concelho e isto não é novidade para ninguém. A despesa corrente prende-se com a manutenção, eletricidade e um sem número de outras situações que foram assumidas pela Câmara Municipal, o mesmo se passando caso o projeto a poente venha a ser uma realidade, pelo que, não pode haver a pretensão de prever uma redução de custos com Pessoal. Não se pode esquecer tudo o que está para trás e que tem consequências para o futuro, nomeadamente ao nível das despesas. Considerou que seria muito bom que as suas preocupações apenas se cingissem aos investimentos a realizar, à aposta nas Zonas Industriais e que se encontram elencadas no Plano Plurianual de Investimentos e esquecer tudo aquilo que está para trás.

No que respeita aos custos com o Pessoal dos Órgãos da Autarquia, informou que no passado os vencimentos do Chefe de Gabinete, dos Secretários da Vereação e outros, não se encontravam inscritos na rubrica correta e essa situação foi alterada com o presente Orçamento e, assim sendo, os valores apresentados pelo Vereador Fernando Silva não estão corretos, antes pelo contrário.

Em relação às questões colocadas acerca das Associações, informou terem sido efetuados alguns ajustamentos à forma como é efetuada a apresentação orçamental. Anteriormente era colocado na rubrica Associações todas as suas componentes e relações, tendo, contudo, entendido que de uma forma mais clara a Ação Social deveria ser apresentada de uma determinada forma, o apoio ao investimento de outra forma e outras situações deveriam ser divididas e acauteladas.

Quanto à redução do valor do Orçamento em cerca de 3.000.000,00 € (três milhões de euros), referiu que o atual Executivo Municipal teve a ousadia de assumir o que é mais correto para, desta forma, salvaguardar o que foi mencionado pelo Vereador António Mota. Não se inscreveu nenhuma rubrica com 1,00 € (um euro) ou com 5,00 € (cinco euros), foram sim, inscritas aquelas que se entendeu que



Oliveira do Bairro câmara municipal

o deveriam ser e que irão avançar, esperando que a Câmara Municipal tenha capacidade de avançar com as mesmas e não serem meramente promessas ocas, como aquelas que andam nos diversos Orçamentos há uma série de anos.

Relativamente à Feira de Bustos, disse sempre ter defendido a aquisição do espaço onde a mesma se realiza, tendo em tempos sido levada a efeito uma avaliação para que o terreno pudesse vir a ser adquirido. O anterior Presidente da Câmara nunca quis avançar com essa possibilidade, tendo sempre sugerido que o melhor seria a construção da Feira num espaço que se encontra muito limitado face às condicionantes que tem, uma vez que não permite algumas construções que são necessárias e, por conseguinte, poderá não servir. É intenção deste Executivo tentar a aquisição e somente depois avançar com outra possibilidade, tendo em atenção os valores que possam vir a ser solicitados e em face da disponibilidade financeira do Município.

O **Vereador António Mota**, lembrou que a redução que mencionou, no montante de 3.000.000,00 € (três milhões de euros), se prende com a redução do Orçamento no valor de 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros) e ao reduzir-se mais 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros) em venda de terrenos, seria um Orçamento catastrófico em termos de investimento, não tendo mencionado uma redução no montante de 3.000.000,00 € (três milhões de euros), mas antes, se fosse reduzir mais 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros).

Quanto à questão da Feira de Bustos, lembrou que até meados de 2015 o que estava previsto em termos de PDM para a zona central da Feira era uma situação, neste momento é uma zona de equipamento público, questionando se já houve contactos com os proprietários após essa classificação, uma vez que os valores iniciais solicitados não têm nada a ver com aqueles que podem ser presentemente solicitados, sendo neste momento, o valor por metro quadrado significativamente mais reduzido comparado com a altura dos contactos iniciais, pelo que terá de se avançar com uma nova negociação. Considera que se avançar com a aquisição dos terrenos onde se encontra a Feira de Bustos, tem muitas dúvidas que o valor a pagar seja muito superior ao custo com a construção das infraestruturas no novo espaço, uma vez que no primeiro caso, as mesmas já lá se encontram. .

O **Vereador Fernando Silva**, esclareceu nunca ter sido acusado de nada por parte da Câmara Municipal do Sabugal e muito menos a UPOB foi alguma vez notificada por ter utilizado propriedade intelectual daquele Município e o Vice-Presidente da Câmara tem o dever de estar informado dessa mesma situação e não tentar denegrir a imagem de pessoas válidas deste Concelho.

Reiterou que o presente documento é uma cópia do anterior Orçamento da Câmara Municipal, desafiando o Executivo Municipal a proceder à comparação por intermédio de software específico de ambos os documentos e verificar a percentagem que é igual.

No que respeita à reunião havida entre o Presidente da Câmara e representantes da UPOB, informou que irá esclarecer a questão, não pretendendo entrar em pormenores, muito embora esclareça que



Oliveira do Bairro câmara municipal

se a informação solicitada tivesse sido entregue muitas das questões por si colocadas encontrar-se-iam certamente sanadas, lamentando mais uma vez não ter obtido a informação por si solicitada..... Terminou desejando os maiores sucessos ao Executivo Municipal, sendo que, no que respeita à possibilidade de agendamento de uma reunião com a Secretária de Estado irá tentar empenhar-se em conseguir a mesma, não podendo, contudo, esquecer-se que é o CDS-PP que está à frente dos destinos do Concelho.....

O **Presidente da Câmara**, lembrou o Vereador António Mota que as infraestruturas existentes na Feira de Bustos são muito insipientes, dado não possuir rede de água e de esgotos, o que representa uma das grandes limitações. Reiterou que a sua primeira opção é a aquisição do terreno, caso tal não seja viável, terá de se avançar para a segunda opção.....

Acerca da disponibilidade ou não da UPOB relativamente à questão da escola a poente do Concelho, informou que no decurso da reunião havida, os mesmos informaram que estavam disponíveis, tendo afirmado que o mais importante para eles era o Concelho de Oliveira do Bairro e iriam fazer esforços nesse sentido. Agora o Vereador Fernando Silva diz que o CDS-PP é que está a governar, então, se assim é e não está disponível, cai por terra tudo o que disse e afirmou anteriormente, esperando que o mesmo reveja o que acabou de afirmar e encete esforços em prol do Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador António Mota**, considerou que a preocupação passa mais por rebater o que os outros dizem, do que responder de uma forma consistente às questões, tendo acrescentado que quando abordou a questão das infraestruturas, se referia à área envolvente ao local.

O **Presidente da Câmara**, recordou ter afirmado na última Reunião de Câmara, que todos devem ter consciência que o atual Executivo Municipal entrou em funções há dois meses e não é num curto espaço de tempo que toda a estrutura da Câmara Municipal é alterada e muitas das condicionantes que subsistirão num futuro próximo ficam a dever-se a decisões que foram tomadas no passado próximo ou mais longínquo e todos devem ter consciência disso.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que ao mencionar que era ao CSD-PP que competia governar, está implícito que na questão da escola, terá o apoio da UPOB, lembrando ter afirmado que estava disponível para conseguir o agendamento da reunião com a Secretária de Estado.

Mais disse que, se o Executivo Municipal quisesse dar o sinal de que quer iniciar o próximo ano escolar com uma escola na zona poente do Concelho, pode sugerir diversas formas de o conseguir fazer, desde que tal constasse no Orçamento. Disse que estava à espera que essa indicação fosse dada naquele documento, mas não existe qualquer indicação nesse sentido.....

Sugeriu que fosse tomada uma deliberação, em que o Executivo Municipal aprovasse a necessidade urgente de ter uma Escola Pública em Bustos ou na parte poente do Concelho.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o Vereador Fernando Silva disse existirem várias formas de conseguir uma escola na zona poente do Concelho, algumas delas encontram-se transpostas no



Oliveira do Bairro câmara municipal

Orçamento. O Vereador pretendia que fosse inscrita a aquisição do imóvel, mas depois a Câmara Municipal não tinha capacidade financeira para concretizar o negócio, pelo que, no seu entendimento, se deve ter algum cuidado na forma como se abordam estas situações.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador Fernando Silva e a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, o seguinte:

- 1.º - Subscriver a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 e Mapa de Pessoal.
- 2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal, com vista à competente aprovação, nos termos da alínea a) e o) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

.....
Pelo Vereador Fernando Silva, foi apresentada uma declaração de voto, que fica anexa à presente ata e dela faz parte integrante.

Pelo Vereador António Mota, foi apresentada uma declaração de voto verbal, na qual refere que a abstenção dos Vereadores do PPD/PSD se prende com a inexistência de novos projetos, com exceção do Orçamento Participativo e a transferência da execução do mesmo para os anos seguintes.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 14 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL-ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP), DOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO
Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto. O **Presidente da Câmara**, informou que a adjudicação já foi efetuada pelo Executivo Municipal anterior e vem agora a Minuta de Contrato tão somente para aprovação, salvaguardando uma sugestão do Vereador Fernando Silva e que já tinha sido levantada pelos Serviços Municipais e que se prende com a salvaguarda de a deliberação ficar condicionada à apresentação de nova Garantia Bancária, uma vez que aquela que foi entregue não se encontra corretamente instruída.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato Único a celebrar entre a EDP Comercial e o Agrupamento de Entidades Adjudicantes do Procedimento de “Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal – Iluminação Pública (BTN-IP) dos Municípios de Albergaria-a-Velha, Anadia, Agrupamento de



Oliveira do Bairro câmara municipal

Entidades Adjudicantes do Município de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro”, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, nos termos da Informação/Proposta n.º 14 – Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara e datada de 7 de dezembro de 2017, aprovação esta, condicionada à apresentação de nova Garantia Bancária de acordo com modelo previsto em Anexo ao Caderno de Encargos.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 15 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO E MEIO TEMPO.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, informou que a presente Informação/Proposta decorre da necessidade de ser aprovada a existência de mais um Vereador em regime de Tempo Inteiro.

O **Vereador António Mota**, informou que os Vereadores do PPD/PSD irão votar contra a presente Informação/Proposta, não pelo número de Vereadores em regime de Tempo Inteiro, mas pela forma como o processo foi conduzido.

O **Vereador Fernando Silva**, informou que iria votar contra, sendo que, de futuro, este tipo de Propostas deveria ser acompanhada dos custos que acarretam para o Município, tanto mais que, de acordo com a legislação, Oliveira do Bairro encontra-se mais próxima da possibilidade de ter dois Vereadores, do que propriamente de três Vereadores.

O **Presidente da Câmara**, informou que o custo se encontra inscrito no Orçamento.

O **Vereador António Mota**, questionou se já se encontram definidos os pelouros do terceiro Vereador do Executivo Municipal.

O **Presidente da Câmara**, informou que brevemente será dado a conhecer os pelouros que serão atribuídos ao novo Vereador, informação essa que será presente ao Executivo Municipal para conhecimento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, fixar em mais um, o número de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro, nos termos exarados na Informação/Proposta n.º 15 -Mandato 2017/2021.

Pelo Vereador Fernando Silva, foi apresentada uma declaração de voto, que fica anexa à presente ata e dela faz parte integrante.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 16 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PREVISTA NO



Oliveira do Bairro câmara municipal

ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE GESTÃO DA IERA – POLO DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto e o Vereador Fernando Silva.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que por força da substituição dos titulares do Mandato Autárquico, terá de ser alterada a Comissão de Análise da IERA que se encontrava em funções.

O **Vereador Fernando Silva**, apesar de nada ter a opor à aprovação da presente proposta, entende que um representante da comunidade empresarial deveria integrar a referida Comissão, sugerindo, por conseguinte, a alteração ao respetivo Regulamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indicar Jorge Ferreira Pato, Vice-Presidente da Câmara e André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, Chefe de Gabinete da Presidência, para integrarem a Comissão de Análise a que se refere o art.º 14.º do Regulamento de Funcionamento e de Gestão da IERA – Polo de Oliveira do Bairro.

PONTO 6 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, informou que o presente assunto decorre da legislação em vigor que prevê que seja dada autorização à assunção de compromissos plurianuais, nomeadamente em contratos relacionados com as telecomunicações, avenças, serviços de limpeza e que permite operacionalizar de uma forma mais célere os procedimentos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e subscrever a Informação da Divisão Financeira datada de 21 de novembro de 2017, nos exatos termos exarados e remeter o assunto à Assembleia Municipal com vista à competente autorização.

PONTO 7 – EMPREITADA “OBRAS DE REABILITAÇÃO DA ESCOLA (EB) 2,3 DR. FERNANDO PEIXINHO, CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO SOBRE O ESPAÇO DESPORTIVO, CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E REQUALIFICAÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES” – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato da empreitada “Obras de Reabilitação da Escola (EB) 2,3 Dr. Fernando Peixinho, Construção de Pavilhão sobre o Espaço Desportivo, Construção de Balneários e Instalações Sanitárias e Requalificação dos Arranjos Exteriores”, a celebrar com a firma Sócertima – Sociedade de Construções do Cértima, Lda.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 29/2017 DA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ROTA DA BAIRRADA.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas, a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que a presente proposta de atribuição de uma comparticipação à Associação Rota da Bairrada decorre de um entendimento no âmbito das celebrações natalícias...

Mais disse que a Rota da Bairrada pretende dinamizar o espaço existente em Oliveira do Bairro na época do Natal e contactou o Município no sentido de poder vir a ser atribuído um apoio à atividade que se irá realizar no próximo dia 17 à tarde, que inclui o Pai Natal e a atuação de um grupo a atuar e outras atividades, que irá dinamizar o espaço e o comércio local.....

O **Vereador António Mota**, muito embora o Município pertença à Associação, mas tendo em atenção que a mesma não é sediada em Oliveira do Bairro, questionou se o procedimento em termos de possibilidade de atribuição de subsídio se encontra devidamente contemplada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, após prévia cabimentação, atribuir uma Comparticipação Financeira à Associação Rota da Bairrada, no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoio à realização da iniciativa “Pai Natal, Presentes, Música e muito mais ... no Espaço Bairrada de Oliveira do Bairro”.

.....
PONTO 9 – SENTIDO ÚNICO DE TROÇO DA RUA DO VALE PORTAL – SILVEIRO – OIÃ.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que se pretende implementar sentido único numa via que é muito estreita, sendo esta uma opção para garantir a segurança de todos os que circulam no local. Acrescentou que da Informação consta o parecer técnico favorável por parte dos Serviços Municipais e possui igualmente o aval por parte da Junta de Freguesia.

Referiu ainda que, se pretende num futuro próximo levar a efeito um estudo global para aquela zona.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que, sendo o arruamento próximo da Solsil, se foram contactados os moradores confinantes com o arruamento e bem assim por parte da Solsil, já que, a solicitação foi apenas feita por apenas um deles.

Alertou para o facto de a sinalética apenas se tornar eficaz após a competente aprovação por parte da Assembleia Municipal.....

O **Vereador António Mota**, questionou se efetivamente o pedido tinha sido formulado somente por um dos moradores, ou se por mais moradores ou por proprietários de terrenos no local.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que a solicitação foi efetuada ainda no decurso do anterior Mandato, tendo posteriormente sido solicitado o respetivo parecer dos Serviços e da Junta de Freguesia de Oiã.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Oiã tinha já solicitado que quer esta situação, quer outras semelhantes no centro de Oiã pudessem vir a ser solucionadas. Tendo em atenção que este já possuía o estudo elaborado, o Presidente da Junta de Oiã foi questionado se os residentes do arruamento tinham sido auscultados, o qual respondeu afirmativamente.

Mais disse que esta e outras situações semelhantes serão presentes ao Executivo Municipal para aprovação, tendo em atenção a premência das mesmas, sem prejuízo de, posteriormente e de uma forma mais abrangente, analisar zonas que necessitam de ver igualmente solucionados os conflitos de trânsito existentes. Aí sim, posteriormente serão todos remetidos à Assembleia Municipal.

O **Vereador António Mota**, referiu terem existido no passado situações semelhantes a esta, que obrigaram a posterior retirada da sinalização dado não terem sido auscultados todos os moradores, sendo que, por uma questão de cautela, entende que o presente Ponto da Ordem de Trabalhos deveria ser retirado a fim de esclarecer se todos os moradores tinham sido ouvidos.

O **Presidente da Câmara**, disse que, tendo por base as informações transmitidas por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, as quais considera fidedignas, o assunto iria ser colocado à votação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar a alteração do sentido de trânsito e sinalização, para tornar a Rua do Vale de Portal no Silveiro, Freguesia de Oiã, uma via de sentido único (da Rua do Campo em direção à Rua do Rossio).

PONTO 10 – INFORMAÇÃO TÉCNICA REFERENTE AO PROCESSO DE OBRAS N.º 41/10 DE ANTÓNIO DA CUNHA LAMEIRO, OBRA SITA NA ZONA INDUSTRIAL DA PALHAÇA – LOTE 8

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o presente assunto se prende com um pedido formulado por uma empresa sita na Zona Industrial da Palhaça, para redução do número de lugares de estacionamento, apresentando como fundamento, razões de economia e funcionalidade. Esta mesma pretensão respeita o PDM e demais legislação em vigor, não havendo igualmente qualquer inconveniente técnico.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que se deveria aprender com a recente catástrofe do mês de outubro, nomeadamente em relação ao respeito pelas faixas de segurança, afastamentos e espaços



Oliveira do Bairro câmara municipal

destinados a estacionamento, pelo que, na sua opinião, os serviços de fiscalização deveriam deslocar-se ao local a fim de confirmarem se os corredores de segurança estão salvaguardados.

O **Presidente da Câmara**, informou que a sugestão do Vereador Fernando Silva será levada em consideração, de forma a evitar situações desagradáveis.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, por razões de economia e funcionalidade interna do Lote 8 do Loteamento com a Certidão n.º 169/2006, da Zona Industrial da Palhaça, aprovar a dispensa parcial do cumprimento no número de lugares de estacionamento previstos no n.º 1 do artigo 107.º do Regulamento do PDM dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 5 do artigo 107.º do mesmo diploma, conforme resulta das Informações Técnicas emitidas.

PONTO 11 – PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PPD/PSD – TORREÃO DE BUSTOS.....

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vereador António Mota a fim de apresentar o assunto e o Vereador Fernando Silva.

O **Vereador António Mota**, informou que a presente Proposta surge no seguimento da pretensão das Associações em fazerem peditórios com vista ao desenvolvimento de trabalhos relacionados com a preservação do Torreão. Tendo em atenção compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, entende que deveriam ser realizados estudos relacionados com o Palacete e áreas envolventes, com vista à respetiva reparação e recuperação.....

Na sua opinião existe somente uma entidade que pode assumir os custos relacionados com a elaboração dos estudos em causa, que envolverá técnicos da área da engenharia civil, arquitetura, dos materiais, entre outros. Dado que a Câmara Municipal tem utilizado de forma emblemática o Torreão e o Palacete do Visconde, entende que deve ser a Câmara Municipal, protocolando com o ABC, a levar a efeito esse estudo que permita a conservação do Torreão.

O **Vereador Fernando Silva**, entregou por escrito o contributo da UPOB, preparado pelo Professor António Leandro, especialista na área, para o caso de o Executivo Municipal entender avançar com o estudo de recuperação do Torreão de Bustos.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pelos Vereadores do PPD/PSD, referente à manutenção do Torreão de Bustos.

PONTO 12 – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto.



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 7 de dezembro de 2017, em que autorizou a cedência gratuita do “Quartel das Artes Dr. Alípio Sol” no dia 14 de dezembro de 2017, ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização da Festa de Natal.

PONTO 13 – E-MAIL DA ACIB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA BAIRRADA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2017 PARA A REALIZAÇÃO DE WORKSHOP “MARCA A DIFERENÇA EM 2018” – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, em que autorizou a cedência gratuita do Auditório do “Espaço Inovação” no dia 16 de novembro de 2017, à ACIB – Associação Comercial e Industrial da Bairrada, para efeitos de realização de Workshop “Marca a Diferença em 2018”.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 13 de dezembro do ano de 2017, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **253.309 Euros e 32 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **776.523 Euros e 90 cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **1.029.833 Euros e 22 Cêntimos**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos Vereadores presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte



Oliveira do Bairro câmara municipal

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Susana Maria da Silva Martins

Fernando José Martins da Silva